

Intervenção do Dr. José Apolinário, Presidente da CCDR ALGARVE

21.03.2025

**Reforçar o papel das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional no planeamento e coordenação da implementação das políticas públicas no território
Defender os programas regionais na política de coesão.**

Tópicos de intervenção

Este ato de reconhecimento ao Eng. David Assoreia, presidente da Comissão de Coordenação Regional entre 1980 e 1996, é antes de mais um ato de cultura, de cultura democrática e de cultura sobre a organização política da administração pública desconcentrada.

Visto desde o Algarve, a regionalização do Continente, com cinco regiões plano, continua a ser necessária.

A regionalização visa o desenvolvimento e o incremento da participação dos cidadãos, a gestão próxima de interesses comuns, naturalmente com os necessários meios financeiros, autonomia, contratualização com o Governo, a capacitação e os recursos humanos para a sua ação e missão.

Adiada a criação de uma autarquia regional, inscrita no texto constitucional há quase 49 anos, mais necessário é o avanço da coordenação e articulação das políticas públicas ao nível infranacional, planear à escala regional, concentrar e otimizar serviços, trabalhar em rede, assegurando coerência na materialização das políticas setoriais no território.

Citando o Eng. Valente de Oliveira, a descentralização do Estado faz-se com o reforço do papel das regiões.

A CCR Algarve, criada por decreto-lei em dezembro de 1979, representou uma carta de alforria à região do Algarve. Até então o Algarve dependia da Comissão de

Planeamento da região Sul, sediada em Évora, que entre 1970 e 1974 teve como Presidente o Dr. Armando Perdigão, com vasto pensamento escrito sobre o desenvolvimento do Alentejo, um papel muito importante no III Plano de Fomento, com o registo do lançamento do Gabinete técnico da área de Sines, bem como ativa colaboração com a então criada comissão regional de turismo do Algarve.

No ano em que se assinalam 40 anos da adesão de Portugal às então Comunidades Europeias, procurando interpretar o papel chave da CCR ou CCDR ao longo de 45 anos, o Conselho Diretivo da CCDR ALGARVE tomou a iniciativa de organizar este ato de reconhecimento público ao Eng. David Assoreira, e a todos os que desempenharam e desempenham funções públicas nesta entidade da administração desconcentrada do Estado.

O País tem diversas realidades regionais: se analisarmos os indicadores - do sucesso e insucesso escolar, das qualificações, do investimento em ciência e inovação, das estruturas e equipamentos de saúde, da mobilidade - concluiremos pela singularidade e especificidade do Algarve.

Focando-me no papel dos fundos europeus de coesão e no seu contributo para o desenvolvimento regional quero abordar a importância dos programas regionais em torno de 5 temas: água, estruturas de acesso à saúde, mobilidade, qualificações, inovação e ciência, empresas e empreendedorismo.

Na água, nas medidas e estratégias para enfrentar as alterações climáticas, depois da Convenção de Albufeira de 1998, a Cimeira de Faro de 2024, permitiu um acordo histórico sobre a gestão da água do Guadiana. Há hoje um amplo consenso na região sobre a prioridade à diminuição de perdas, utilização de águas residuais tratadas, novas fontes de disponibilidade de água, mas também a tomada de água do Pomarão, as barragens de Alportel e da Foupana, a futura ligação entre a barragem de Santa Clara e a barragem de Odelouca e Bravura. **Juntos, cada um fazendo o seu trabalho, aproveitemos o**

aumento das disponibilidades de água das últimas semanas para acelerar a execução dos investimentos no domínio da água.

Na saúde, com fundos europeus geridos na região, reforçámos e qualificámos a resposta do Serviço nacional de saúde, por exemplo, com equipamentos tecnológicos no tratamento de doentes com AVC, financiámos um novo centro de investigação, o ABC, e um Centro de Simulação Clínica de nível europeu na Universidade do Algarve.

Ao inscrevermos o centro oncológico no programa regional Algarve 2030, tornámos incontornável o avanço deste equipamento estruturante. Pode, momentaneamente, não haver consenso sobre como e quando vamos ter o centro de oncologia, mas, depois das eleições, autárquicas e legislativas, com centro oncológico autónomo ou integrado no futuro hospital central, teremos certamente um centro oncológico a sul.

O debate em torno do papel das regiões na área da saúde é aliás um histórico da nossa cultura administrativa. Há noventa anos, no Código Administrativo de 1936, às regiões foi cometida a incumbência de implementar hospitais regionais fora de Lisboa, Coimbra e Porto. Com a falta de apoio do estado central, como assinalava o Professor Marcelo Caetano, as regiões naturais foram depois substituídas pelos Distritos. Sabemos o que nos sucedeu: no Algarve o Hospital Distrital de Faro só foi mesmo inaugurado em 29 de dezembro de 1979, ao cabo de 15 anos do impulso inicial.

Na mobilidade importa concluir a eletrificação da linha ferroviária do Algarve e prosseguir o trabalho em curso em torno do Metrobus e da bacia de emprego Faro, Aeroporto-Universidade, Olhão, Loulé, Albufeira.

Universidade, inovação e conhecimento. Criada por lei da Assembleia da República, também em 1979, a universidade do Algarve constitui um pilar estratégico para a região.

Empresas e empreendedorismo. O Algarve tinha 94 449 empresas sediadas na região no final de 2023. O PIB gerado na região cresce acima da média nacional.

Como é público o mandato do atual conselho diretivo da CCDR Algarve está ancorado num registo de compromisso. Respondemos às orientações do Governo na nossa missão e atribuições, mas também à legitimidade democrática resultante da eleição do conselho diretivo por um colégio eleitoral de autarcas, previamente à nomeação pelo Governo. Procuramos manter informados e ativos participantes os membros do Conselho Regional da CCDR.

Temos recebido o empenhado apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da AMAL, da ANAFRE, da Delegação regional da ANAFRE, da generalidade das entidades da região. Do Governo, em especial da área governativa da Coesão, mas também com interação permanente nas áreas do Ambiente, Agricultura, Economia, Cultura, Educação.

Temos novas responsabilidades: na agricultura e pescas, na economia e licenciamento, na cultura e salvaguarda do património cultural, no cadastro geográfico. **Podemos e devemos reforçar a intervenção das CCDR no planeamento, desde logo na área da educação, em articulação com a descentralização para as autarquias locais ao nível intermunicipal e municipal.**

A nível do ordenamento do território, mantemos o propósito de efetuar a revisão do PROT Algarve em linha com o PNPOT, mas também com as especificidades da região do Algarve. Desde 1991, ano da publicação do primeiro PROT do Algarve e primeiro no país, elaboraram-se, nessa década, os PDM de todos os municípios. Em 2007, o PROT foi revisto e houve uma adaptação dos PDM a este novo plano. Atualmente, quatro municípios já possuem os seus PDM revistos acordo com a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território, estando os restantes doze se na fase final de revisão dos seus PDM.

A CCDR continua a prestar a sua colaboração aos municípios, dentro das suas atribuições e competências, promovendo também ações de formação em diversas áreas, nomeadamente do ordenamento do território, ambiente, contratação pública, implementação das políticas públicas.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento aos meus colegas do conselho diretivo, pelo empenho no trabalho conjunto, bem como a todos os dirigentes e colaboradores, aos 262 colaboradores no ativo, e a todos os que fazem acontecer serviço público.

Com um objetivo muito claro: reforçar a credibilidade da CCDR ALGARVE, prestar melhor serviço a todas as entidades e à região, afirmar a CCDR ALGARVE como uma entidade de confiança no exercício da sua missão e na prossecução das suas atribuições e competências.

Como temos repetido, JUNTOS, O ALGARVE AVANÇA.

21-março. 2025